

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	ADER-AL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo
NIFAP	7167602
DESIGNAÇÃO	ADER-AL - EDL Norte Alentejo 2023-2027
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. A Estratégia de Desenvolvimento Local consiste numa estratégia abrangente para todo o território, tendo por base a análise SWOT realizada, que deverá cobrir as áreas em que sejam detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas, independentemente de serem da esfera da atuação do DLBC

A Parceria da Estratégia **ADER-AL - EDL Norte Alentejo 2023-2027** tem vindo a fazer nos últimos 3 anos um exercício de reflexão em torno das áreas desenvolvidas pelo GAL ADER-AL – DLBC Rural no quadro financeiro de apoio 2014-2020, com vista à construção participativa da EDL que aqui se candidata. Foram sinalizados avanços, recuos e alterações, a que acresceram novos desafios que, entretanto, ganharam forma, especialmente causados pela crise pandémica, pela instabilidade na Europa e pelas pressões inflacionistas prolongadas nas economias ocidentais.

Desta reflexão resultou a análise SWOT constante no ponto 4 e que serviu de base para a construção participada da Estratégia de Desenvolvimento Local **ADER-AL - EDL Norte Alentejo 2023-2027** que abrange não só as áreas onde foram detetadas as maiores oportunidades a potenciar, como as fragilidades a serem corrigidas. Foram identificadas 4 áreas temáticas a que correspondem 4 enfoques:

1. Empresas & Emprego | Empreendedorismo
2. Identidade e Património | Recursos endógenos
3. Responsabilidade Ambiental | Turismo | Agro-Silvo-Pastorícia
4. Coesão e Inovação | Cooperação | Capacitação e Animação

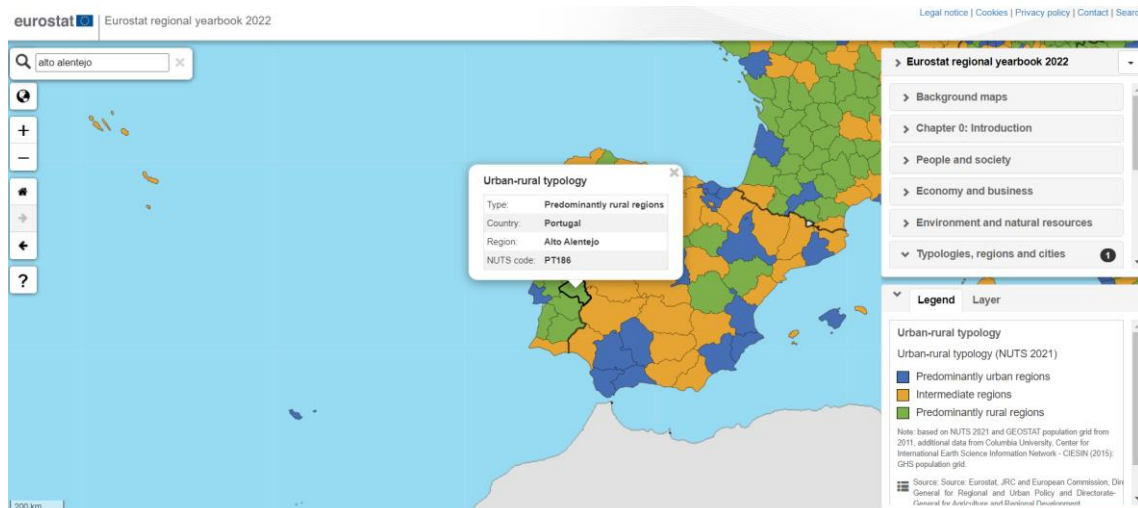
2. Caracterização do território, com delimitação ao nível da freguesia, com enfoque para a sua tipologia Rural ou Não Rural

Localizado geograficamente no interior de Portugal Continental no limite da fronteira com Espanha, o território proposto na estratégia **ADER-AL - EDL Norte Alentejo 2023-2027** abrange 10 concelhos do distrito de Portalegre (que coincide com a NUTS-3 Alto Alentejo): Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Marvão, Monforte, Nisa, Portalegre e Sousel.

O território ocupa uma superfície total de 3 733,40 Km² e tem uma população residente de 76 495 (Censos 2021), ou seja, uma densidade populacional de 20,5 hab/km². Nele se localizam duas áreas Protegidas, o Parque Natural da Serra de São Mamede e o Monumento Natural das Portas de Rodão. Estão ainda presentes três Zonas Especiais de Conservação (ZEC) - São Mamede, Nisa/ Lage da Prata, e Caia -, e cinco Zonas de Proteção Especial (ZPE) - Campo Maior, São Vicente, Monforte, Vila Fernando e Veiros.

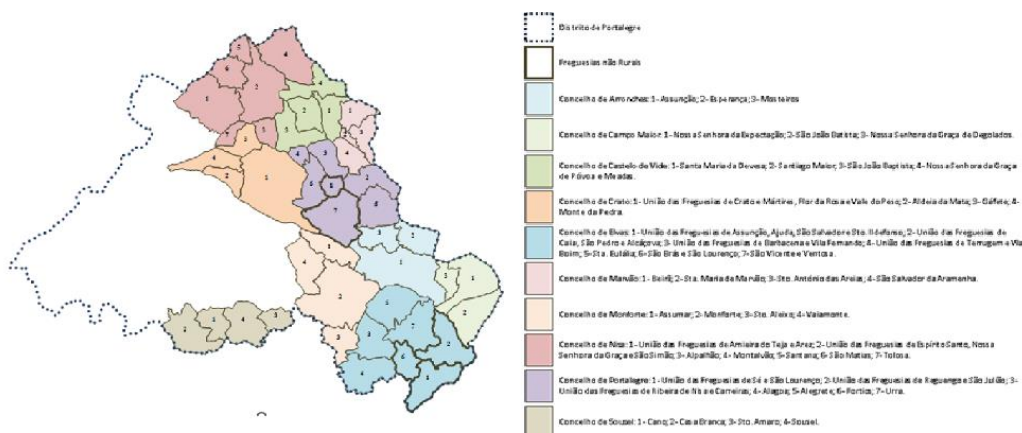
Está caracterizado como rural na quase totalidade das suas 42 freguesias, à exceção de 3 freguesias no concelho de Elvas (São Brás e São Lourenço, Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, e Caia, São Pedro e Alcáçova), e 2 freguesias do concelho de Portalegre (Urra, e União das freguesias da Sé e São Lourenço). No entanto, a classificação destas freguesias como não rurais à luz dos critérios aplicados pelo

PEPAC baseia-se no facto de estar a ser considerado que se inserem numa **NUT-3 classificada como não rural, o que será um lapso** (consulte-se a NUT-3 Alto Alentejo em <https://ec.europa.eu/statistical-atlas/viewer/?mids=BKGCNT,C99M01,CNTOVL&o=1,1,0.7&ch=C02,TRC,TYP¢er=39.29877,-7.61763,4&lcis=C99M01&nutsId=PT186&>):



A Estratégia **ADER-AL - EDL Norte Alentejo 2023-2027** incide assim sobre as 42 freguesias que constituem os 10 concelhos de intervenção o que, não fosse confirmado o lapso acima referido, se justificaria ainda pelas seguintes razões:

- Densidade populacional – à exceção de União das freguesias da Sé e São Lourenço, todas as freguesias são de muito baixa densidade: São Brás e São Lourenço (**34,2 hab/km²**); Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso (**91,8 hab/km²**); Caia, São Pedro e Alcáçova (**51,7 hab/km²**); Urra (**13,1 hab/km²**); União das freguesias da Sé e São Lourenço (**606,4 hab/km²**). O concelho de Elvas tem uma densidade populacional de 32,8 hab/km² e Portalegre 49,9 hab/km²;
- Histórico de intervenção – trata-se da mesma dimensão geográfica aprovada no período de programação anterior;
- Identidade, coerência e relevância da unidade territorial formada pela totalidade de 10 concelhos do distrito de Portalegre para se poderem alcançar os objetivos propostos.



- 3. Caracterização da parceria com todos os seus membros e comprovação da sua adesão à mesma (através da assinatura do Protocolo de Parceria e adesão à Estratégia de Desenvolvimento Local, proposta, bem como definição do modelo organizacional que será seguido para a gestão de fundos comunitários, em particular no âmbito do FEADER**

CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA:

No período 2014-2020, a parceria constituiu-se com 29 parceiros, de 10 setores de atividade (administração local, administração pública, agricultura, associativismo, e atividades económicas de 6 setores: cultura, educação, floresta, indústria, social e turismo), sendo 14 entidades públicas.

A atual Parceria é constituída por 39 parceiros com presença efetiva no território, envolvendo todas as dimensões socioeconómicas e os agentes públicos que interagem no território proposto, sendo a ADER-AL a Entidade Gestora. Estão representados 17 setores de atividade (Agricultura, Agroalimentar, Ambiente, Educação, Floresta, Património/Cultura, Social, Turismo, Desenvolvimento Local, Gestão de Água Armazenada, Autarquias Locais, Comércio, Pecuária, Serviços, Gestão de participações, Associativismo-Desenvolvimento de atividades económicas, e Poder Local), abrangendo a totalidade dos setores sócio económicos representativos e relevantes para a concretização da EDL. 13 parceiros são entidades públicas, sendo mantido o princípio da proporcionalidade entre entidades privadas e públicas, com maioria de representantes das entidades privadas (67%). Também está assegurado que por qualquer conjunto de entidades públicas ou grupo de interesses individuais não terá mais de 49% dos direitos de voto.

As entidades com âmbito de atuação concelhia subscrevem apenas esta Parceria. Cada um dos membros da parceria está caracterizado individualmente no formulário de candidatura, com expressa referência às áreas (CAE) em que poderão dar o seu contributo para os objetivos definidos na EDL, comprovando-se ainda que todas as entidades estão ativas no terreno.

MODELO ORGANIZACIONAL:

A coordenação e gestão da atividade da Parceria *ADER-AL - EDL Norte Alentejo 2023-2027* assentam na existência de uma Entidade Gestora, de um Órgão Deliberativo (Conselho de Parceiros), de um Órgão de Gestão e de um Órgão Fiscalizador.

ENTIDADE GESTORA (EG): A ADER-AL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo é a Entidade Gestora responsável pela candidatura perante as Autoridades de Gestão e Pagamento e pela dinamização e coordenação das atividades e ações inscritas nesta Estratégia de Desenvolvimento Local, assim como pelo processo de envolvimento dos parceiros, cabendo-lhe ainda a coordenação dos trabalhos nas diferentes atividades de dinamização da EDL.

CONCELHO DE PARCEIROS (CP): É o órgão deliberativo da Parceria e é constituído pela totalidade dos parceiros. Tem como atribuição geral discutir e promover o acompanhamento e avaliação da Estratégia, e como atribuição específica a gestão de subprogramas ou intervenções desconcentradas, atribuídas à Parceria *ADER-AL – EDL Norte Alentejo 2023-2027* no âmbito do Portugal 2030. **Competências:** Eleger e destituir o Órgão de Gestão e o Órgão de Fiscalização da Parceria; Garantir a operacionalização das intervenções que venham a ser aprovadas pela Parceria, em regulamento específico; Emitir pareceres ou análises sobre as atividades e programas da EDL; Emitir pareceres e análises sectoriais sobre todas as questões que lhe venham a ser colocadas pelos outros órgãos da Parceria; Aprovar, rever e alterar o respetivo Regulamento Interno. **Reuniões:** O Conselho de Parceiros reúne ordinariamente uma vez por ano, e extraordinariamente sempre que seja considerado necessário.

ÓRGÃO DE GESTÃO (OG): É constituído por sete elementos, respeitando o princípio de que as entidades públicas ou qualquer grupo de interesse não podem representar mais que 49% dos direitos de votos em processos de decisão. **Competências:** Garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e gestão da EDL; Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação, e, se necessário, propor ao Conselho de Parceiros alterações de forma a alcançar os objetivos propostos; Representar a Parceria, incluindo junto das autoridades nacionais e comunitárias; Elaborar o seu Regulamento Interno de funcionamento. **Funcionamento:** O Órgão de Gestão reúne sempre que se justifique; Cada membro do Órgão de Gestão, enquanto representante de sector/tipo de entidade, obriga-se a fazer uma articulação direta com as organizações congéneres que têm assento no Conselho de Parceiros, com vista a uma auscultação regular das mesmas; O apoio técnico ao Órgão de Gestão é assegurado pela Estrutura Técnica da Entidade Gestora. **Gestão de conflitos de interesses:** Os membros do Órgão de Gestão estão impedidos de participar na decisão nas sessões respeitantes ao processo de decisão de financiamento de pedidos de apoio apresentados pelo próprio ou por entidade que represente, ou com a qual tenha uma relação familiar ou de domínio (relações laborais ou de participação no capital, do próprio ou dos seus familiares).

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (OF): **Composição e Funcionamento:** Composto por 3 elementos, reúne ordinariamente uma vez por ano, com vista à emissão do parecer sobre o relatório de execução a submeter ao Conselho de Parceiros, bem como extraordinariamente sempre que para tal for convocado. **Competências:** Fiscalizar os atos do Órgão de Gestão; Dar parecer sobre os relatórios de execução da EDL a submeter ao Conselho de Parceiros; Velar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias.

Para além do já referido em “Gestão de Conflitos de Interesses” relativamente à decisão das candidaturas, o princípio da segregação de funções será sempre assegurado na medida em que haverá a separação entre a análise das candidaturas e o respetivo acompanhamento e controlo: o técnico responsável pela análise de uma candidatura nunca fará o seu acompanhamento e controlo, ficando essa função atribuída a outro técnico da Estrutura Técnica.

4. Diagnóstico da situação do território de intervenção, à partida, através de uma análise SWOT

i. **POPULAÇÃO - Pontos Fracos:** • Envelhecimento populacional fortemente agravado na última década, com elevados índices de envelhecimento e de dependência de idosos; • Dificuldade de retenção e fixação de jovens qualificados; • Insuficiente atratividade do território face aos intensos movimentos migratórios recentes; • Densidade populacional em forte erosão. **Ameaças:** • Desertificação física e humana do território; • Impacto negativo na coesão social e territorial, com a redução e isolamento dos já pequenos núcleos populacionais rurais; • Comprometimento da renovação geracional indispensável à preservação das atividades artesanais, modos tradicionais de produção e de vida do mundo rural; • Comprometimento da capacidade de resistência do mundo rural e da sua revitalização; • Dinamismo e atratividade dos centros urbanos regionais nacionais, bem como do país vizinho. **Pontos Fortes:** • Elevação das qualificações disponíveis, a par dos ganhos no analfabetismo e no abandono escolar precoce. **Oportunidades:** • A imigração como potenciadora do aumento populacional e renovação geracional.

ii. **ECONOMIA E EMPREGO - Pontos Fracos:** • Baixa escolaridade e formação agrícola dos empresários agrícolas, envelhecimento dos produtores, baixos níveis de qualificação da população ativa e falta de mão-de-obra disponível para o setor primário;

• Baixo rendimento per capita e baixos salários; • Resistência dos jovens, ainda que qualificados, em matéria de trabalho ou de empreendedorismo no setor agrícola; • Mercado de trabalho incapaz de mobilizar de forma insuficiente as competências e iniciativa da população sénior, ao nível local; • Fraca dinâmica de inovação produtiva e tecnológica do tecido económico e dos serviços de apoio ao mesmo; • Elevadas taxas de retenção e desistência (abandono escolar) no Ensino Básico; • Escassez de mão de obra jovem e qualificada; • Dificuldades prolongadas de recrutamento e de oferta de salários e condições de trabalho atrativas a jovens e imigrantes; • Fraca vitalidade económica pela reduzida dimensão e densidade empresarial; • Dificuldades de autofinanciamento e de acesso ao crédito; • Falta de diversificação da produção; • Reduzidas taxas de ocupação turística e curta estada média, e ainda significativa sazonalidade da procura; • Escassez de serviços complementares à atividade turística; • Incipiente promoção da identidade regional e sub-regional. Ameaças: • Uso de plataformas de comércio eletrónico no acesso a mercados externos em detrimento dos mercados locais; • Subida dos preços das matérias-primas e fatores de produção; • Fundos estruturais comunitários não adequados aos contextos específicos da microprodução nos territórios de baixa densidade empresarial e populacional; • Crise no comércio tradicional, tanto rural como urbano, em consequência da crise pandémica e da forte pressão da grande distribuição alimentar; • Agravamento do diferencial de ganho médio mensal relativamente à média da região Alentejo e do país; • Comprometimento do rejuvenescimento e consolidação das atividades económicas primárias. Pontos Fortes: • Explorações agrícolas de várias dimensões, potenciando diferentes atividades turísticas, de lazer e pedagógicas; • Crescimento recente do peso dos produtores agrícolas com formação superior; • Dinâmica de crescimento e modernização tecnológica da produção regional de azeite e vinhos em torno do TER e do Enoturismo; • Dinâmica económica do território associada ao turismo e aos valores patrimoniais e paisagísticos de relevo; • Recomposição da oferta turística no espaço rural, apostando menos na hotelaria tradicional; • Existência de unidades tecnológicas associadas subsidiariamente à IBM recentemente instaladas junto ao Instituto Politécnico de Portalegre; • Universo Delta sediado no território; • Existência de estruturas de acolhimento empresarial; • Proximidade a centros logísticos vocacionados para a exportação; • Posicionamento estratégico transfronteiriço; • Território de ambiente, com espaço e qualidade de vida. Oportunidades: • Consolidação da atratividade e experiências turísticas com aumento do número e período de pernoitas no território; • Crescente procura pela oferta turística equestre, dirigida a segmentos com poder aquisitivo, em nichos de tipicidade e valorização do mundo rural; • Mobilidade e fixação de empresas, empresários e trabalhadores atraídos pelo baixo valor comparativo de mercado do parque habitacional familiar; • Captação dos alunos das Instituições de Ensino Superior externos ao território pelas comunidades locais e pelo mercado de trabalho; • Oportunidades de dinamização do mercado de trabalho a partir de imigração; • Alteração do paradigma da estrutura empresarial maioritariamente de dimensão micro e impulso à capacidade exportadora da sub-região; • Promoção e valorização da agricultura e floresta como fator de diferenciação na gestão do território e no desenvolvimento económico.

iii. RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS - Pontos Fracos: • Falta de conservação e informação dos recursos paisagísticos e patrimoniais; • Falta de conservação e informação sobre os recursos paisagísticos e patrimoniais; • Falta de articulação entre agentes ligados ao Parque Nacional Serra de São Mamede; • Falta de empresas de animação turística; • Deterioração de algumas estruturas de apoio à visitação inexistência de portas de entrada ao visitante do Parque Natural; • Área maioritariamente privada, dificultando por vezes a gestão do território; • Falta de reconhecimento da Rede Natura 2000 e das Áreas Protegidas enquanto ativo estratégico do Alto Alentejo para potenciar o desenvolvimento de atividades económicas e sociais baseadas na presença

dos valores naturais com relevância na comunidade europeia; • Falta de informação e de mecanismos de gestão e conservação de habitats e espécies da flora e fauna. Ameaças: • Concorrência com outros territórios, com maior apoio e dinâmica na divulgação turística e patrimonial; • Risco de incêndios Rurais; • Destruição de ecossistemas; • Despovoamento; • Alterações climáticas; • Abandono de terrenos privados; • Proliferação de espécies exóticas invasoras. Pontos Fortes: • Existência de diferentes áreas classificadas, nomeadamente o Parque Natural da Serra de São Mamede, assim como figuras de Proteção Internacional como a Zona Especial de Conservação de São Mamede; • Potencial desportivo, com oferta diversificada de equipamentos e infraestruturas; • Diversidade e beleza paisagística; • Presença de elementos diferenciadores geológicos e arqueológicos (ex., o Menir da Meada classificado como Monumento Nacional); • Oferta diversificada de equipamentos e infraestruturas de visitação; • Maior número de produtos do território certificados do país; • Elevada qualidade e diversidade do património natural e cultural, incluindo o património gastronómico; • Elevada importância dos produtos transformados; • Condições climáticas propícias ao desenvolvimento de práticas de usufruto turístico ao longo de todo o ano; • Classificação do património fortificado militar de Elvas como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO. Oportunidades: • Criação de novas produções e marcas de produtos do território associadas ao enoturismo e ao TER; • Atração de segmentos de clientela de maior exigência e capacitação económica, social e cultural; • Dinamização turística assente na recuperação, requalificação e valorização do património natural, histórico e cultural; • Dinamização e promoção do desporto aventura e do Turismo Natureza; • Promoção dos produtos endógenos; • Criação de rede de habitats (bosques de quercíneas) visitáveis e integrados numa oferta turística especializada; • Atração da academia para a realização de mais estudos sobre espécies da fauna e flora na área do Parque Natural e na Rede Natura 2000.

iv. PRODUÇÃO, INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS BÁSICOS - Pontos Fracos: • Debilidade da estrutura produtiva, nomeadamente em setores de média e alta tecnologia; • Elevados níveis de Desemprego de Longa Duração, incidindo sobre os menos qualificados e mais idosos, mas também sobre os jovens NEET; • Fragilidade da densidade empresarial relacional e do associativismo produtivo e comercial; • Insuficiente organização coletiva nos circuitos comerciais e logísticos; • Inexistência de organizações de produtores multiproduto; • Falta de reconhecimento e divulgação da produção local – nas escolas, mercados, restauração, etc.; • Deficientes acessibilidades externas (ferroviárias e rodoviárias) e degradação das condições de mobilidade intrarregional. Ameaças: • Dificuldades na acessibilidade da população aos serviços de apoio (à educação, emprego, saúde, assistência social, entre outros); • Desvalorização e fraca dinamização dos mercados locais face a outras tipologias de locais de venda. Pontos Fortes: • Existência de várias Organizações de Produtores, nomeadamente: azeite (Elvas e Sousel), carne de bovino/ovino/caprino (Elvas e Portalegre), cereais, oleaginosas e proteaginosas, incluindo milho (Elvas), e frutas e produtos agrícolas (Elvas); • Existência de infraestruturas de acolhimento empresarial, de apoio aos negócios e de fomento de atividades de empresas e empresários em Castelo de Vide, Elvas, Monforte e Portalegre; • Evolução positiva substancial dos níveis de acesso aos graus de qualificação secundária, pós-secundária e superior. Oportunidades: • Desenvolvimento de iniciativas empresariais pelo aconselhamento e apoio a empreendedores qualificados, adultos desempregados e jovens NEET através da rede de infraestruturas de acolhimento empresarial; • Desenvolvimento de espaços coletivos de apoio ao trabalho autónomo e à distância (coworking); • Crescente importância dos sistemas de abastecimento locais, em produtos agrícolas e transformados, dos circuitos e cadeias curtas de distribuição e comercialização em economias de proximidade; • Aumento do contributo do setor agroalimentar para a recuperação da economia nacional, na sequência da crise pandémica e da guerra no leste da Europa; • Emergência

e aceleração de novas formas de organização e prestação do trabalho, acesso ao ensino e à saúde como, por exemplo, o teletrabalho, o ensino à distância ou a telemedicina; • Investimentos no âmbito do PRR no aumento da qualidade e extensão da rede e da oferta de equipamentos educativos; • Recomposição e robustecimento da oferta de serviços da economia social e de proximidade fruto da intensidade crescente dos fluxos migratórios económicos.

v. SUSTENTABILIDADE E CLIMA - Pontos Fracos: • Abandono da atividade agrícola e efeito das secas extremas e das alterações climáticas, com impacto na degradação do solo arável e na produtividade agrícola; • Poucas/desadequadas infraestruturas de retenção de água; Reduzida capacidade de adequação das culturas agrícolas e da atividade pastoril às alterações climáticas. Ameaças: • Degradação dos ativos turísticos do território como consequência do abandono agrícola, do despovoamento e da aceleração das alterações climáticas; • Degradação dos solos pelo agravamento das alterações climáticas; • Vulnerabilidade do setor primário devido aos custos económicos de adaptação e mitigação às alterações climáticas; • Dificuldades legais para discriminar positivamente a produção local nas compras públicas. Pontos Fortes: • Aumento da procura de produtos com práticas agrícolas mais sustentáveis; • Existência do Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia do INIAV, em Elvas, enquanto infraestrutura tecnológica; • Existência da Escola Superior Agrária de Elvas e Escola Superior Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre. Oportunidades: • Crescente apetência, procura turística e valorização económica dos recursos e produtos do território ancorados no mundo rural; • Aumento da procura por modos de vida e de produção ambientalmente responsáveis e saudáveis, da bioeconomia e da economia circular; • Crescente valorização da preservação dos recursos rurais certificação da qualidade e origem dos produtos locais; • Estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e políticas europeias para a sustentabilidade; • Construção do Empreendimento de Regadio do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (Barragem do Pisão).

vi. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DIGITAL - Pontos Fracos: • Fraca mobilização dos agricultores para a transição energética (exemplo, energias renováveis nas explorações); • Fraca modernização tecnológica das explorações agrícolas, empresas e indústrias; • Baixas taxas de participação de adultos em processo de Aprendizagem ao Longo da Vida e défice de competências digitais básicas; • Insuficiências na qualidade e cobertura das infraestruturas de conectividade digital de banda larga. Ameaças: • Fraca implementação a nível da transição energética causado pelo elevado custo e retorno a longo prazo; • Impactos negativos da digitalização e mecanização na diminuição do emprego e no acesso a pessoas com menor literacia. Pontos Fortes: • Existência em Portalegre da BioBIP – Bioenergy and Business Incubator of Portalegre, vocacionada para a incubação de empresas e/ou projetos, essencialmente de base tecnológica. Oportunidades: • Crescente tendência para a modernização das explorações com recurso às novas tecnologias como, por exemplo, a agricultura e rega de precisão; • Crescente importância da rede de fibra ótica na transição digital e teletrabalho (mais valias para o território e para as empresas demonstradas no contexto da pandemia); • Existência de apoios do PRR, Fundo Ambiental, e outros programas para a transição energética.

vii. GOVERNANÇA LOCAL, INOVAÇÃO SOCIAL, CIDADANIA E SOCIEDADE CIVIL - Pontos Fracos: • Insuficiente oferta de atividades para as crianças e jovens fora do horário escolar; • Insuficiente oferta de respostas para o envelhecimento ativo e integração de idosos em redes de sociabilidade; • Isolamento da população idosa; • Escassez de ações de formação não formal às famílias cuidadoras de idosos e/ou pessoas dependentes; • Fragilidade do movimento associativo; • Fraca participação da

sociedade civil em projetos comuns, especialmente em projetos supraconcelhios. **Ameaças:** • Coesão social ameaçada pela retração da procura interna na sequência da elevada pressão inflacionista sobre a economia europeia; • Políticas de educação desadequadas às necessidades específicas do território; • Aumento do risco para a sustentabilidade e racionalidade das redes regionais de cobertura de serviços de saúde e da economia social; • Aumento do fosso e da exclusão social face ao mundo urbano; • Elevada burocratização dos apoios dos Fundos que afasta potenciais beneficiários, especialmente os de menor dimensão; • Falta de previsão de implementação do DLBC numa opção multifundos. **Pontos Fortes:** • Existência de uma ampla rede social no território; • Experiência e notoriedade da ADER-AL decorrente da experiência acumulada nas várias iniciativas de intervenção e parcerias regionais que se vêm consolidando. **Oportunidades:** • Aumento de soluções para os serviços e equipamentos com taxas de ocupação elevadas; • Descentralização com a implementação do DLBC no apoio a projetos de interesse coletivo.

5. Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL, articulados com as áreas de intervenção que serão mobilizadas, assim como objetivos e metas traçados tendo em conta os resultados a atingir. Os desafios devem corresponder aos enfoques temáticos escolhidos e aos respetivos objetivos quer enquadráveis no âmbito do PEPAC quer de outros fundos, sendo que nos enfoques temáticos no âmbito do PEPAC deverá existir uma correspondência com necessidades principais, necessidades complementares e resultados definidas na presente OTE

Com a implementação da EDL, a parceria pretende dar resposta aos desafios que o território enfrenta em 4 áreas de intervenção a que correspondem 4 enfoques temáticos:

i. EMPRESAS & EMPREGO | EMPREENDEDORISMO

(Área de intervenção: Promoção do emprego sustentável e dinamização da economia local)

EMPRESAS & EMPREGO: Apoiar a criação de empresas e do emprego; Promover o desenvolvimento e a expansão do tecido empresarial existente; Incentivar a renovação do tecido empresarial agrícola com o apoio à modernização e capacitação das empresas de produção agrícola, e à instalação e modernização de pequenas indústrias transformação e comercialização de produtos locais; Estimular o desenvolvimento de actividades não agrícolas na exploração agrícola criando fontes de rendimento e de emprego, incluindo o desenvolvimento do turismo como complemento à agricultura; Encorajar a criação de dinâmicas de cooperação empresarial local que criem sinergias através de, por exemplo, a partilha de espaços (co-working), parceiros, conhecimento, etc.

EMPREENDEDORISMO: Promover o empreendedorismo local nos três setores de atividade, independentemente da sua localização (fora/dentro de exploração agrícola, e em todas as freguesias); Fomentar o empreendedorismo social e cooperativo, nomeadamente criando respostas inovadoras para problemas de exclusão social em várias áreas como, por exemplo, saúde, educação, apoio à terceira idade, pessoas com incapacidades, entre outros.

Promover a capacitação e formação dos atores do território nestas temáticas.

ii. IDENTIDADE E PATRIMÓNIO | RECURSOS ENDÓGENOS

(Área de intervenção: Valorização dos recursos endógenos e do património, fortalecendo laços de identidade local)

IDENTIDADE E PATRIMÓNIO: Irradiar a atratividade dos territórios, apoiando a divulgação e promoção dos processos identitários; Estimular projetos que visem a responsabilidade e a economia cultural, mediante a recuperação e conservação do património no âmbito de uma estratégia de valorização e atratividade do território; Sustentar a criação e melhoria de espaços de acolhimento e permanência no território, bem como o desenvolvimento de ações de requalificação de espaços e património (natural, histórico e cultural); Impulsionar o desenvolvimento das artes e dos ofícios tradicionais e dos produtos locais enquanto geradores de identidade local e empregabilidade.

RECURSOS ENDÓGENOS: Valorizar os produtos agroflorestais de qualidade existentes (mel, bolota, azeitona, caça, vinho, entre outros) e emergentes (ex., figo da índia, plantas aromáticas e medicinais, cogumelos); Induzir formas inovadoras de comunicação, de promoção e de comercialização dos produtos locais; Promover os mercados locais e em particular as cadeias curtas de distribuição dentro e fora das áreas rurais, incentivando, por exemplo, o consumo de produtos locais nas escolas, lares e restaurantes do território, e promovendo a Dieta Mediterrânica; Potenciar os produtos turísticos associados aos recursos endógenos, distintivos do território e dos seus recursos; Fomentar o aparecimento de organizações associativas incluindo as que visem a valorização dos recursos locais como produtos turísticos, promovendo igualmente a complementaridade com as atividades agrícolas; Promover e apoiar os projetos que potenciem e promovam os produtos com certificação de qualidade, ou que certifiquem os produtos locais;

Promover a capacitação e formação dos atores do território nestas temáticas.

iii. **RESPONSABILIDADE AMBIENTAL | TURISMO | AGRO-SILVO-PASTORICIA**

(Área de intervenção: Promoção da sustentabilidade ambiental baseada na gestão integrada do território com atividades como o turismo e a agro-silvo-pastorícia)

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: Promover a conservação dos habitats, da paisagem e dos valores ambientais presentes; Promover a rede de biodiversidade existente com base na Rede Natura 2000 e das Áreas Protegidas; Apoiar a criação de bosques visitáveis, integrados numa estratégia de promoção de um turismo especializado; Incentivar a utilização de métodos tradicionais e outras atividades de adaptação para combate/mitigação dos efeitos das alterações climáticas; Salvaguardar a gestão eficiente dos recursos solo e água, com especial relevância nos seus contributos no combate à desertificação dos solos e na prevenção de incêndios; Apoiar a utilização eficiente da energia, a produção de energias renováveis e a redução das emissões de carbono; Difundir a educação ambiental e os valores ambientais diferenciadores do território.

TURISMO: Apostar especialmente no turismo de natureza e de aventura (exemplo, birdwatching, trekking, percursos de natureza, equestre, entre outros), interligando com as dinâmicas económicas e culturais locais (ex., restaurantes, artesanato local, produtos locais); Apoiar e promover atividades de animação turística do território; Criar e requalificar infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas e outras associadas à conservação de recursos naturais.

AGRO-SILVO-PASTORICIA: Garantir a utilização do Empreendimento de Regadio do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (Barragem do Pisão); Definir estratégias agrícolas que desenvolvam a atividade em modo de produção biológico e/ou contribuam para a sustentabilidade ambiental; Incentivar redes

interprofissionais entre os vários setores de relevância no território (exemplo, setor agroflorestal, e património cultural e natural); Promover uma gestão florestal ativa e economicamente sustentável.

Promover a capacitação e formação dos atores do território nestas temáticas.

iv. **COESÃO E INOVAÇÃO | COOPERAÇÃO | CAPACITAÇÃO E ANIMAÇÃO**

(Área de intervenção: Promoção da coesão territorial, da cooperação, do trabalho em rede e da inovação, através do fomento do acesso da população a serviços básicos de proximidade, da animação territorial e do fortalecimento de competências dos atores do território)

COESÃO E INOVAÇÃO: Estabelecer e apoiar dinâmicas locais de fixação das populações através de desenvolvimento de dinâmicas comunitárias e da melhoria da transferência de conhecimento pelo trabalho em rede; Aumentar a acessibilidade a serviços básicos equiparando os níveis de vida das populações, promovendo a coesão social e a redução da pobreza; Disseminar a cidadania ativa e o associativismo, incluindo a dinamização das organizações de produtores; Integrar a investigação e inovação de projetos que fomentem comprovadamente o trabalho em rede e a sua complementaridade com outras iniciativas; Apostar na animação territorial e criação de redes de agentes locais de desenvolvimento como elemento potenciador do surgimento de novos projetos de desenvolvimento do território e diminuição de assimetrias; Diligenciar a inclusão ativa e a igualdade de oportunidades mediante projetos que visem a responsabilidade e a economia social, e a capacitação das respetivas organizações; Apoiar a inovação social através da criação/desenvolvimento de empresas sociais que aproveitem oportunidades de mercado e deem resposta a problemas de pobreza e exclusão, incluindo *startups* sociais; Desenvolver ações integradas de requalificação de áreas comunitárias e bens públicos.

COOPERAÇÃO: Valorizar o território e consolidar o tecido económico e empresarial através da cooperação, nomeadamente potenciando as complementaridades, diversidades e heterogeneidades dos territórios em cooperação; Otimizar e racionalizar recursos entre territórios cooperantes com vista à identificação e abertura de novos mercados/novas formas de comercialização dos produtos endógenos; Promover redes regionais, nacionais ou transnacionais de empreendedorismo, inovação e desenvolvimento do território; Gerar valor acrescentado e potenciar a complementaridade entre ações da Estratégia de Desenvolvimento Local; Utilizar a cooperação como instrumento facilitador da abordagem de temáticas comuns entre territórios cooperantes, como sejam, por exemplo, Circuitos Curtos, Alimentação saudável e sustentável, e Dieta Mediterrânica; Dinamização dos territórios rurais e políticas públicas; Desenvolvimento Local, Cidadania e Participação; Empreendedorismo sob todas as formas; Recursos endógenos, recursos naturais e sustentabilidade.

CAPACITAÇÃO E ANIMAÇÃO: Investir na capacitação dos atores do território e dos agentes económicos e sociais, para a produção de competências essenciais para a gestão, a empregabilidade e o empreendedorismo; Introduzir visões diferenciadas mediante visitas a boas práticas do território e intercâmbios de experiências com outros territórios com problemáticas semelhantes (por exemplo, promovendo a capacitação dos atores do território através de ações de benchmarking).

A relação entre Enfoques Temáticos e Objetivos, Necessidades (Principais e Complementares) e Resultados, está plasmada no Formulário de Candidatura.

Os Enfoques Temáticos que constituem a EDL ADER-AL - EDL Norte Alentejo 2023-2027 serão também alvo de desenvolvimento através de projetos de cooperação dos GAL, nomeadamente, Circuitos Curtos de Comercialização, Recursos Endógenos, Ambiente e Recursos naturais, Enoturismo, Desenvolvimento Local/Rural, Transferência de Conhecimento, Intercâmbio de Boas Práticas, entre outras.

DESAFIOS/ENFOQUE TEMÁTICO	OBJETIVO	NECESSIDADES PRINCIPAIS	NECESSIDADES COMPLEMENTARES
i. EMPRESAS & EMPREGO EMPREENDEDORISMO	Oi1. Apoiar a criação de empresas e do emprego, promovendo o desenvolvimento e expansão do tecido empresarial existente, contribuindo para a manutenção e criação de emprego	COE8N2; COE8N7	COE1N5; COE2N1; COE4N5; COE6N5; COE6N6; COE9N5
	Oi2. Incentivar a renovação do tecido empresarial agrícola, incluindo o apoio a atividades de transformação e comercialização de produtos agrícolas, e o desenvolvimento de atividades não agrícolas dentro das explorações agrícolas	COE8N1; COE8N2	COE1N5; COE2N1; COE4N5; COE6N4; COE6N5; COE6N6; COE9N5
	Oi3. Encorajar a criação de dinâmicas de cooperação empresarial, incluindo o empreendedorismo social e cooperativo	COE8N3	COE2N1; COE6N6; COE7N5
ii. IDENTIDADE E PATRIMÓNIO RECURSOS ENDÓGENOS	Oii1. Divulgar e promover processos identitários do território, com particular enfoque nas artes e ofícios tradicionais, e nos produtos locais	COE8N2	COE2N1
	Oii2. Criar novas dinâmicas associadas à identidade e património, que envolvam o trabalho em rede entre os diferentes setores, estimulando o aparecimento de projetos que visem a responsabilidade e a economia cultural	COE8N2	COE2N1; COE7N5; COE9N8
	Oii3. Apoiar ações de requalificação de espaços e património	COE8N2; COE8N3	COE6N4; COE6N5; COE7N5
	Oii4. Valorizar e promover os produtos agroflorestais existentes e emergentes	COE8N5	COE6N4; COE6N6
	Oii5. Induzir formas inovadoras de comunicação, de promoção e de comercialização dos produtos locais, nomeadamente dos mercados locais e em particular as cadeias curtas de distribuição	COE8N2	COE9N5; COE9N8
	Oii6. Potenciar os produtos turísticos associados aos recursos endógenos, promovendo igualmente a complementaridade com atividades agrícolas	COE8N1; COE8N2	COE1N5; COE2N1; COE6N6
	Oii7. Apoiar projetos que potenciem e promovam os produtos com certificação de qualidade, ou que certifiquem os produtos locais	COE8N2	COE2N1
iii. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL TURISMO AGRO-SILVO-PASTORICIA	Oiii1. Promover o desenvolvimento de atividades que ajudem ao combate/mitigação dos efeitos das alterações climáticas, nomeadamente, a rede de biodiversidade existente com base na Rede Natura 2000 e das Áreas Protegidas.	COE8N1; COE8N4	COE4N5; COE6N4; COE6N5
	Oiii2. Promover a sustentabilidade ambiental baseada na gestão integrada do território, através da articulação de atividades como o turismo e a agro-silvo-pastorícia (por ex., criação de bosques visitáveis)	COE8N1; COE8N4	COE1N5; COE4N5; COE6N4; COE6N5; COE6N6
	Oiii3. Difundir a educação ambiental (ex., bioeconomia e economia circular) e os valores ambientais diferenciadores do território	COE8N4	COE6N5; COE9N8
	Oiii4. Apoiar a criação e desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer, interligando com as dinâmicas económicas e culturais locais	COE8N2; COE8N4	COE1N5; COE2N1; COE6N5
	Oiii5. Promover uma gestão florestal ativa e sustentável economicamente, incentivando o aparecimento de organizações interprofissionais (ex., setor agroflorestal e património cultural e natural)	COE8N5; COE8N6	COE4N5; COE6N6
iv. COESÃO E INOVAÇÃO COOPERAÇÃO CAPACITAÇÃO E ANIMAÇÃO	Oiv1. Promover a coesão territorial e fomentar o acesso da população a serviços básicos de proximidade	COE8N3	COE7N5
	Oiv2. Promover o trabalho em rede, a inovação, a animação territorial e o fortalecimento de competências dos atores do território, incluindo a sua capacitação através de ações de benchmarking	COE8N3	PTOTN3
	Oiv3. Disseminar a cidadania ativa e o associativismo, incluindo a dinamização das organizações de produtores	COE8N3	PTOTN4; COE9N8
	Oiv4. Dinamizar a investigação e inovação de projetos que fomentem comprovadamente o trabalho em rede e a transferência de conhecimento, incluindo o apoio a ações integradas de requalificação de áreas comunitárias e bens públicos	COE8N3	PTOTN2; COE7N5
	Oiv5. Apoiar projetos que visem a inovação, a responsabilidade e a economia social	COE8N3; COE8N7	PTOTN2; COE7N5
	Oiv6. Apostar na animação territorial e criação de redes de agentes locais de desenvolvimento	COE8N3	PTOTN4; PTOTN3
	Oiv7. Valorizar o território utilizando a cooperação como instrumento facilitador da abordagem de temáticas comuns entre territórios cooperantes	COE8N3	PTOTN4; PTOTN3; COE7N5; COE9N8

6. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais, tendo em vista a elaboração da EDL e a constituição/reforço da parceria (nomeadamente através de evidências fotográficas, registo de presenças, relatórios e conclusões de sessões)

Em 29 Janeiro de 2020, a parceria ADER-AL – DLBC, com comprovada experiência na gestão de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento local, reuniu para uma primeira reflexão sobre as expectativas para o futuro período de programação financeiro.

Em 22 de Dezembro de 2022, teve lugar a primeira de 3 reuniões setoriais com atores do território com vista ao reforço da parceria, onde teve início o processo de identificação das necessidades e desafios que se colocam ao território, e recolhidos contributos para as diferentes áreas de atuação a propor para o próximo período financeiro: Microempresas e Turismo (22.12.2022), Agricultura e Florestas (21.03.2023), e Autarquias e Escolas (16.06.2023).

Em 12 de Julho de 2023, foi apresentada à Parceria a proposta de Estratégia de Desenvolvimento Local *ADER-AL – EDL Norte Alentejo 2023-2027* já no formato definido pelo Concurso para a apresentação de candidaturas n.º 02/Operação 10.1.1/2023.

Após discussão e nova recolha de contributos/melhorias desta versão (que decorreu até 4 de Agosto), foi submetida para apreciação pelos parceiros a versão final do documento, tendo da consulta escrita participado todos os parceiros que o aprovaram por unanimidade.

(Em anexo ao formulário constam as respetivas evidências de cada reunião/sessão de trabalho/consulta escrita, como sejam, convocatórias, evidências fotográficas, folhas de presenças, atas).

7. Evidência da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais, temáticas ou generalistas, para as quais perspetivam uma mais-valia da implementação da EDL

A natureza territorial e temática da EDL apresentada pela Parceria *ADER-AL - EDL Norte Alentejo 2023-2027* apresenta um alinhamento, coerência e articulação com os vários documentos referenciais estratégicos e programáticos, não só de âmbito sub-regional e regional, mas também europeu.

A NÍVEL EUROPEU - Agenda territorial 2030: Deste documento, onde se identifica em particular o desenho das prioridades da Política de Coesão para 2030, podemos destacar o Desenvolvimento sustentável (cujos desafios podem proporcionar novas oportunidades de desenvolvimento para os territórios como, por exemplo, a agricultura, a bioeconomia, as economias verde e circular, e a produção de energia renovável). Também do documento constam as Prioridades Territoriais que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, a Convenção Europeia da Paisagem e a Estratégia da UE para as Floresta. Por exemplo, a utilização de recursos locais e a capacidade de inovar, associando os processos de transição energética e económica para uma “economia circular de base local”. Visão para as Zonas Rurais: O Pacto Rural e Plano de Ação para Zonas Rurais, identifica 4 domínios de ação para estes territórios: Zonas rurais Mais fortes (“empowerment” das comunidades rurais), Zonas rurais Ligadas (conetividade em termos de transportes e digital), Zonas rurais Resilientes (contrariando as alterações climáticas mas também a resiliência), e Zonas rurais Prósperas (diversificação das

atividades económicas e melhoria do valor acrescentado da agricultura, das atividades agroalimentares e do agroturismo).

A NÍVEL REGIONAL - Estratégia e Programa Regional Alentejo 2030: A Estratégia Regional Alentejo 2030 identifica como elementos competitivos os Recursos naturais (solo, subsolo, reservas estratégicas de água e biodiversidade) e a Valorização económica dos recursos e ativos regionais, um dos seis Desafios estratégicos no horizonte 2030. De igual forma, o Programa Regional Alentejo 2021-2027 refere a orientação do instrumento territorial PROVERE para a valorização do território, através de iniciativas de natureza temática, inovadoras e com capacidade de induzir efeitos multiplicadores, suportados nos recursos endógenos da baixa densidade. Por último, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) Alentejo 2030 identifica a Bioeconomia Sustentável como um dos Domínios prioritários/de especialização, compreendendo a inovação competitiva da Alimentação e Floresta.

A NÍVEL SUB-REGIONAL - Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alto Alentejo 2030 (CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo): Este documento traça uma arquitetura de intervenção baseada em 6 eixos estratégicos materializados num conjunto de linhas de ação e vetores estratégicos, com temáticas diretamente alinhadas com as da presente Estratégia de Desenvolvimento Local como, por exemplo: Reforçar o Capital Humano; Promover o Emprego e a Empregabilidade; Consolidação das vantagens competitivas; Captação de Investimento; Valorização e proteção ambiental aliado à transição energética; Atratividade e competitividade territorial; Assegurar o bem-estar dos cidadãos e promoção da inclusão social; Qualidade Territorial como motor de atração ao repovoamento.

8. Definição das áreas de intervenção da EDL que pretendem ver mobilizadas através do PEPAC, por via da implementação de um plano de ação específico, com estabelecimento do peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir

O plano de ação onde se apresentam as áreas de intervenção da EDL mobilizadas através do PEPAC estão plasmadas no formulário de candidatura:

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OBJETIVO	% FEADER
Promoção do emprego sustentável e dinamização da economia local	Oi1. Apoiar a criação de empresas e do emprego, promovendo o desenvolvimento e expansão do tecido empresarial existente, contribuindo para a manutenção e criação de emprego	20%
	Oi2. Incentivar a renovação do tecido empresarial agrícola, incluindo o apoio a atividades de transformação e comercialização de produtos agrícolas, e o desenvolvimento de atividades não agrícolas dentro das explorações agrícolas	10%
	Oi3. Encorajar a criação de dinâmicas de cooperação empresarial, incluindo o empreendedorismo social e cooperativo	10%
Valorização dos recursos endógenos e do património, fortalecendo laços de identidade local	Oii1. Divulgar e promover processos identitários do território, com particular enfoque nas artes e ofícios tradicionais, e nos produtos locais	4%
	Oii2. Criar novas dinâmicas associadas à identidade e património, que envolvam o trabalho em rede entre os diferentes setores, estimulando o aparecimento de projetos que visem a responsabilidade e a economia cultural	3%
	Oii3. Apoiar ações de requalificação de espaços e património	3%
	Oii4. Valorizar e promover os produtos agroflorestais existentes e emergentes	3%
	Oii5. Induzir formas inovadoras de comunicação, de promoção e de comercialização dos produtos locais, nomeadamente dos mercados locais e em particular as cadeias curtas de distribuição	2%
	Oii6. Potenciar os produtos turísticos associados aos recursos endógenos, promovendo igualmente a complementaridade com atividades agrícolas	3%
	Oii7. Apoiar projetos que potenciem e promovam os produtos com certificação de qualidade, ou que certifiquem os produtos locais	2%
Promoção da sustentabilidade ambiental baseada na gestão integrada do território com atividades como o turismo e a agro-silvo-pastorícia	Oiii1. Promover o desenvolvimento de atividades que ajudem ao combate/mitigação dos efeitos das alterações climáticas, nomeadamente, a rede de biodiversidade existente com base na Rede Natura 2000 e das Áreas Protegidas.	4%
	Oiii2. Promover a sustentabilidade ambiental baseada na gestão integrada do território, através da articulação de atividades como o turismo e a agro-silvo-pastorícia (por ex., criação de bosques visitáveis)	3%
	Oiii3. Difundir a educação ambiental (ex., bioeconomia e economia circular) e os valores ambientais diferenciadores do território	4%
	Oiii4. Apoiar a criação e desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer, interligando com as dinâmicas económicas e culturais locais	6%
	Oiii5. Promover uma gestão florestal ativa e sustentável economicamente, incentivando o aparecimento de organizações interprofissionais (ex., setor agroflorestal e património cultural e natural)	3%
Promoção da coesão territorial, da cooperação, do trabalho em rede e da inovação, através do fomento do acesso da população a serviços básicos de proximidade, da animação territorial e do fortalecimento de competências dos atores do território	Oiv1. Promover a coesão territorial e fomentar o acesso da população a serviços básicos de proximidade	3%
	Oiv2. Promover o trabalho em rede, a inovação, a animação territorial e o fortalecimento de competências dos atores do território, incluindo a sua capacitação através de ações de benchmarking	3%
	Oiv3. Disseminar a cidadania ativa e o associativismo, incluindo a dinamização das organizações de produtores	2%
	Oiv4. Dinamizar a investigação e inovação de projetos que fomentem comprovadamente o trabalho em rede e a transferência de conhecimento, incluindo o apoio a ações integradas de requalificação de áreas comunitárias e bens públicos	3%
	Oiv5. Apoiar projetos que visem a inovação, a responsabilidade e a economia social	3%
	Oiv6. Apostar na animação territorial e criação de redes de agentes locais de desenvolvimento	3%
	Oiv7. Valorizar o território utilizando a cooperação como instrumento facilitador da abordagem de temáticas comuns entre territórios cooperantes	3%

9. O Plano de Ação deverá ser estruturado tendo em conta as intervenções que o GAL considere serem passíveis de implementação através de medidas existentes no regulamento FEADER, tendo em conta os objetivos específicos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC.

O plano de ação introduzido no formulário de candidatura apresenta a seguinte relação entre os objetivos e os indicadores de resultado do PEPAC:

DESAFIOS/ENFOQUE TEMÁTICO	OBJETIVO	RESULTADOS
i. EMPRESAS & EMPREGO EMPREENDEDORISMO	Oi1. Apoiar a criação de empresas e do emprego, promovendo o desenvolvimento e expansão do tecido empresarial existente, contribuindo para a manutenção e criação de emprego	R.37; R.39
	Oi2. Incentivar a renovação do tecido empresarial agrícola, incluindo o apoio a atividades de transformação e comercialização de produtos agrícolas, e o desenvolvimento de atividades não agrícolas dentro das explorações agrícolas	R.37; R.39; R.9
	Oi3. Encorajar a criação de dinâmicas de cooperação empresarial, incluindo o empreendedorismo social e cooperativo	R.39; R.41
ii. IDENTIDADE E PATRIMÓNIO RECURSOS ENDÓGENOS	Oii1. Divulgar e promover processos identitários do território, com particular enfoque nas artes e ofícios tradicionais, e nos produtos locais	R.39
	Oii2. Criar novas dinâmicas associadas à identidade e património, que envolvam o trabalho em rede entre os diferentes setores, estimulando o aparecimento de projetos que visem a responsabilidade e a economia cultural	R.41
	Oii3. Apoiar ações de requalificação de espaços e património	R.41
	Oii4. Valorizar e promover os produtos agroflorestais existentes e emergentes	R.9; R.18
	Oii5. Induzir formas inovadoras de comunicação, de promoção e de comercialização dos produtos locais, nomeadamente dos mercados locais e em particular as cadeias curtas de distribuição	R.10
	Oii6. Potenciar os produtos turísticos associados aos recursos endógenos, promovendo igualmente a complementaridade com atividades agrícolas	R.37; R.39; R.9
	Oii7. Apoiar projetos que potenciem e promovam os produtos com certificação de qualidade, ou que certifiquem os produtos locais	R.37; R.39
iii. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL TURISMO AGRO-SILVO-PASTORICIA	Oiii1. Promover o desenvolvimento de atividades que ajudem ao combate/mitigação dos efeitos das alterações climáticas, nomeadamente, a rede de biodiversidade existente com base na Rede Natura 2000 e das Áreas Protegidas.	R.9; R.15
	Oiii2. Promover a sustentabilidade ambiental baseada na gestão integrada do território, através da articulação de atividades como o turismo e a agro-silvo-pastorícia (por ex., criação de bosques visitáveis)	R.9; R.18; R.39
	Oiii3. Difundir a educação ambiental (ex., bioeconomia e economia circular) e os valores ambientais diferenciadores do território	R.39; R.41
	Oiii4. Apoiar a criação e desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer, interligando com as dinâmicas económicas e culturais locais	R.37; R.39
	Oiii5. Promover uma gestão florestal ativa e sustentável economicamente, incentivando o aparecimento de organizações interprofissionais (ex., setor agroflorestal e património cultural e natural)	R.15; R.18
iv. COESÃO E INOVAÇÃO COOPERAÇÃO CAPACITAÇÃO E ANIMAÇÃO	Oiv1. Promover a coesão territorial e fomentar o acesso da população a serviços básicos de proximidade	R.41; R.42
	Oiv2. Promover o trabalho em rede, a inovação, a animação territorial e o fortalecimento de competências dos atores do território, incluindo a sua capacitação através de ações de benchmarking	R.39; R.42
	Oiv3. Disseminar a cidadania ativa e o associativismo, incluindo a dinamização das organizações de produtores	R.41; R.42
	Oiv4. Dinamizar a investigação e inovação de projetos que fomentem comprovadamente o trabalho em rede e a transferência de conhecimento, incluindo o apoio a ações integradas de requalificação de áreas comunitárias e bens públicos	R.40; R.41
	Oiv5. Apoiar projetos que visem a inovação, a responsabilidade e a economia social	R.42
	Oiv6. Apostar na animação territorial e criação de redes de agentes locais de desenvolvimento	R.41
	Oiv7. Valorizar o território utilizando a cooperação como instrumento facilitador da abordagem de temáticas comuns entre territórios cooperantes	R.40; R.41; R.42